

Ambiente e sociedade: será “crise” a palavra certa?

Anabela Carvalho

Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-7727-4187

Do estado das coisas

Começamos com duas “vinhetas”.

- junho de 2017. Sob temperaturas muito elevadas e fenómenos meteorológicos invulgares, como os *downbursts*, um dos mais vorazes incêndios alguma vez registados em Portugal conduz à morte de mais de 60 pessoas e a um largo número de feridos. Uma vasta área de floresta do centro interior esvai-se em fumo.
- outubro de 2017. Repete-se o horror. O centro e norte de Portugal ardem de forma imparável com as chamas a serem alimentadas por Ophelia, o furacão que mais a Leste do Atlântico chegou na história da meteorologia mundial, bem como por temperaturas anormalmente altas. Meia centena de pessoas perdem a vida. Desaparece muita floresta e outros espaços naturais; desaparecem habitações e unidades industriais. A quase totalidade do pinhal de Leiria, mandado plantar por D. Afonso III e D. Dinis nos séculos XIII e XIV, fica reduzida a cinzas.

Como é sabido, em Portugal os incêndios relacionam-se com uma multiplicidade de fatores, do ordenamento do território à gestão dos espaços florestais. Porém, é inegável que as alterações climáticas potenciam incêndios maiores e mais frequentes devido à redução de precipitação e ao aumento das temperaturas médias no território nacional.

Os dois momentos descritos acima, de dolorosa memória coletiva para os portugueses, exprimem o que está a tornar-se frequente à volta do mundo: ocorrências meteorológicas extremas e/ou anormais numa determinada época, com impactos severos a muitos níveis. Vários meses antes do fim de 2020, a lista anual de incêndios-record era já tragicamente longa: Austrália, Sibéria, Amazónia, Pantanal, Califórnia... O laranja e cinza repetem-se nos ecrãs do nosso dia a dia. A devastação ocorre em escalas sem lembrança. Ela toma também a forma de inundações sem precedentes, de secas avassaladoras, e de violentíssimas tempestades, entre outras.

No final da Década das Nações para a Biodiversidade, um relatório recentemente publicado concluía que nenhum dos 20 objetivos definidos em 2010 em Aichi, Japão, para a conservação da natureza fora atingido (embora se tivessem registado melhorias parciais em seis objetivos), e que a pressão humana sobre os sistemas biofísicos terrestres continuava a aumentar (UNCBD, 2020). Como resultado do crescimento da população mundial e do consumo excessivo de uma grande parte dela, tem continuado a expansão das áreas de cultivo agrícola, de pastoreio de gado, de exploração mineira, etc. à custa da destruição ou degradação de habitats para muitas espécies. Cerca de um milhão de espécies encontram-se agora ameaçadas de extinção na sequência da ação de uma: a humana.

É certo que nem tudo é negro e que alguns indicadores têm vindo a melhorar – a qualidade da água em vários rios europeus, a dimensão das áreas protegidas, os processos de recolha seletiva de resíduos nalgumas regiões do mundo, por exemplo.

Mas estas são pequenas benesses. Globalmente, o estado do ambiente é dramático. Só na muito limpa e privilegiada Europa, morrem anualmente cerca de 800.000 pessoas devido à poluição do ar (European Society of Cardiology, 2019). Para além das alterações climáticas e da perda de biodiversidade, o sistema planetário está contaminado por quantidades inimagináveis de substâncias químicas sintéticas, de petróleo, de plástico (muito dele já convertido em micro-plásticos, de impossível remoção), de “lixos” de todo o tipo... A lista poderia continuar longamente. Todos os dias a fórmula se repete às mãos da espécie dominante: subtrai-se em natureza, devolve-se em agentes agressores.

Um tempo para além do tempo

Nas últimas décadas, a velocidade e dimensão destes processos atingiram níveis nunca antes vistos. O léxico comum tem procurado dar conta disso com expressões como “crise ambiental” e “crise climática” (e, mais recentemente, “emergência climática”). O domínio científico da Comunicação Ambiental tem, também, debatido amplamente a ideia de crise. Foi precisamente esse o objeto de discussão do primeiro número da revista *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*¹, de 2007. Robert Cox defendeu aí que a comunicação ambiental é uma “disciplina de crise” que tem um dever ético fundamental: “melhorar a capacidade da sociedade de responder adequadamente aos sinais ambientais relevantes para o bem-estar das comunidades humanas e dos sistemas biológicos naturais” (Cox, 2007, p. 5). A assunção de uma posição normativa orientada para a concretização de sociedades ambientalmente sustentáveis é partilhada por muitos outros investigadores de Comunicação Ambiental e de Jornalismo Ambiental (Girardi, Moraes & Loose, 2012).

Mas, em 2020, impõe-se uma questão basilar a propósito de comunicação e ambiente: fará ainda sentido falar em “crise”? No que diz respeito às alterações climáticas, sabe-se que se está perto de atingir o que os climatologistas designam como *tipping points* – pontos de viragem ou de não retorno – em que a intensificação do efeito de estufa é de tal ordem que desencadeia um conjunto de processos que alimentam esse mesmo efeito de estufa, num círculo verdadeiramente vicioso, do qual não há regresso, pelo menos nas próximas centenas ou mesmo milhares de anos. A paleo-climatologia mostra que esses momentos de mudança súbita ocorreram já na história da Terra e que levaram, num intervalo de uma década, ou menos, a alterações drásticas. A diferença é que agora o risco decorre não da variabilidade natural mas das emissões *antropogénicas* de gases como o dióxido de carbono, o metano, e outros.

Mesmo sem essa aceleração para o abismo potenciada pelo provável ultrapassar de limites biofísicos que estão muito próximos, encontramos já, segundo muitos analistas, numa fase qualitativamente diferente de toda a história da Terra. Trata-se de uma fase em que as atividades humanas marcam de uma forma muito significativa os sistemas biológicos e físicos: a biosfera, a atmosfera, a hidrosfera, e

¹ A revista foi precedida pela publicação do *Environmental Communication Yearbook* entre 2004 e 2006.

a pedosfera (os solos). Os seres humanos tornaram-se, portanto, uma força geofísica a nível planetário comparável a alguns processos naturais que interferem no sistema terrestre. Estamos, alegadamente, no Antropoceno, uma nova fase geológica do planeta Terra (Crutzen & Stoermer, 2000)².

A acuidade e pertinência de “crise” enquanto categoria analítica (De Rycker & Don, 2013) para pensar o presente é, como tal, discutível. Uma crise é algo que se pode ultrapassar, que é passível de “gestão” e de “resolução”. As crises são tipicamente vistas como fazendo parte de ciclos de mudança, como sendo limitadas no tempo e são mesmo frequentemente associadas à possibilidade de renovação (recordemos que o símbolo chinês para crise é muitas vezes evocado a propósito da remissão para a ideia de oportunidade, a par com risco ou perigo, embora tal interpretação não seja consensual). Porém, o tempo que vivemos está já para lá do tempo “normal”. O Antropoceno é um outro tempo. O dano está feito³.

Não sabemos quanto desse dano é irreversível. Sabemos, porém, que não voltarão as vidas – humanas e outras – que se perderam no colapso ambiental e que não se apagará o sofrimento que já aconteceu.

Políticas despolitizadas

O ambiente simbólico que nos rodeia ora pende para a atração apocalíptica e fatalista, ora nos promete tecnologias milagrosas que garantirão conforto e felicidade, a par com “sustentabilidade” (um termo profundamente ambíguo). Vamos imaginando um mundo novo, com cidades “verdes” e “inteligentes,” resultado da “transição ecológica,” da “transição energética” e da “transição digital”. Reconhecendo que o que se tem que mudar envolve mais do que um mero transitar ou fluir para outras tecnologias, vários documentos oficiais e outros tipos de textos referem-se à necessidade de “transformações” (por exemplo, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ou a Visão 2050 para a Biodiversidade). No entanto, não é habitualmente claro que transformações são essas, quem decide mudar o quê e/ou com que impactos para diferentes grupos sociais. Tal como aconteceu com “desenvolvimento sustentável”, “transformação” e “mudança transformativa” vão-se tornando novos significantes vazios (Schneidewind & Augenstein, 2016).

A par com isto, *as políticas ambientais são despolitizadas* nos espaços públicos, como apontado por vários investigadores (por ex. Swyngedouw, 2018). Esta afirmação, aparentemente paradoxal, remete para vários aspetos importantes. Aponta para o facto de que as decisões sobre ambiente são muitas vezes tomadas por uma elite tecnocrática, em função de critérios “técnicos”, e não são debatidas de uma forma

² Sendo um conceito controverso, o Antropoceno tem gerado muito interesse por parte dos investigadores de muitas áreas científicas diferentes e deve, pelo menos, suscitar reflexões profundas na academia e na sociedade.

³ Ver o poderoso relato de uma climatologista australiana, disponível em <https://www.theguardian.com/australia-news/2020/oct/15/the-great-unravelling-i-never-thought-id-live-to-see-the-horror-of-planetary-collapse>

inclusiva e plural. Despolitizar significa, também, obscurecer o facto de que as decisões sobre ambiente (como qualquer decisão) resultam de contextos e instituições moldados por relações de poder. Implica, ainda, suprimir o facto de que tais decisões incorporam valores, visões do mundo e ideologias específicas que são deixados na penumbra. As sociedades e as suas instituições assentam sempre em escolhas em que nada há de obrigatório ou necessário, ou seja, em opções que poderiam ser diferentes; porém, é muitas vezes criada uma aparência de inevitabilidade, expressa na sigla TINA (There Is No Alternative).

Tome-se como exemplo, a alteração da Política Agrícola Comum (PAC) votada no Parlamento Europeu no final de outubro de 2020. A PAC corresponde a mais de um terço do orçamento global da União Europeia e tem impactos essenciais a nível ambiental: na água, nos solos, na atmosfera, na biodiversidade, etc. A Comissão Europeia prometeu uma PAC mais “verde”, em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e a Estratégia Do Prado Ao Prato. O processo de negociação entre grupos políticos representados no Parlamento Europeu levou, posteriormente, à introdução de inúmeras emendas que limitam fortemente os potenciais benefícios ambientais deste mega-instrumento, bem como o acesso a financiamento por parte de pequenos agricultores, ou seja, o seu impacto ambiental e a equidade social. No meio do jargão legalístico e de extensos documentos, compreender exatamente o que está em jogo é muito difícil para os não-peritos. O generalizado desconhecimento dos modos de funcionamento das instâncias europeias e dos processos de *lobbying* governamental e corporativo, bem como a sensação de impotência e de falta de agência política por parte dos cidadãos, promovem a inação. Um diminuto debate mediático e um quase nulo debate político a nível nacional em nada ajudam à democratização do processo. Neste quadro, não é garantido que se altere o que tem acontecido nos últimos anos: 85% do financiamento da CAP (que tem ascendido a 53 mil milhões de euros por ano) tem ficado nas mãos de 18% dos empresários agrícolas (sobretudo os maiores da Europa), alguns dos quais têm exercido diversas formas de exploração laboral e contribuído largamente para a degradação ambiental.

Que contributos pode dar a investigação social para democratizar o Antropoceno? Em colaboração entre si e com as Ciências Humanas, as Ciências Sociais devem desenvolver um programa de inquirição sistemática sobre os problemas socio-ambientais. Foquemo-nos, especificamente, nas oportunidades (e responsabilidades) das Ciências da Comunicação, que são múltiplas. Não se trata apenas de olhar as questões de comunicação numa perspetiva habermasiana e produzir contributos para melhorar a qualidade do discurso público e dos processos de decisão em torno de questões ambientais. Reconhecendo a imbricação de processos materiais e processos simbólicos, a investigação em comunicação tem uma obrigação de crítica ideológica e, nesse sentido, de expor as consequências ambientais das práticas comunicacionais (Schwarze, 2017) (por exemplo, os discursos de empresas e governos que são ambientalmente destrutivos). É claro que é de evitar, porém, reduzir a análise crítica a uma denúncia das práticas comunicativas que produzem ou perpetuam a degradação ambiental; o que se procura é desenvolver modos

sofisticados e reflexivos de explicar e compreender a relação entre realidades sociais e simbólicas, por um lado, e realidades materiais, por outro (Schwarze, 2017), evidenciando as funções dos significados que são construídos, reforçados ou contestados pela linguagem. Tais significados têm uma função constitutiva crucial relativamente ao mundo social e ao mundo natural. Por exemplo, o valor afetivo, cultural e até financeiro de uma planta, animal ou espaço natural resultam de processos discursivos, que são, portanto, determinantes para as ações “materiais” que são desenvolvidas.

As práticas de comunicação têm efeitos imensamente importantes. De uma forma genérica, podemos considerar que muitas esferas discursivas, como a do jornalismo, têm tido predominantemente um efeito de *naturalização das sociedades* (e, de particular relevo para esta análise, também da forma como se relacionam com os seus entornos biofísicos), ou seja, não questionam ou desafiam, no que é fundamental, as relações de poder que estruturam essas sociedades e que subjazem a diversas formas de degradação ambiental; a distribuição de custos e benefícios no uso de recursos naturais; ou a lógica de procura de crescimento económico constante. Estes são alguns dos traços do nosso mundo social com forte impacto ambiental que parecem *inquestionáveis, inalteráveis ou sem alternativa* na maior parte do jornalismo dominante. Repolitizar o mundo político e, mais globalmente, o mundo social, como *construções discricionárias* que são, é vital para democratizar o futuro e mitigar a destruição do sistema planetário de suporte à vida.

“Embora não seja visível, a verdade última do mundo é que este é algo que fazemos e que poderíamos igualmente fazer diferente” (Graeber, 2015, p. 89).

Referências

- Cox, R. (2007). Nature's "crisis disciplines": does Environmental Communication have an ethical duty? *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 1(1), 5-20. <https://doi.org/10.1080/17524030701333948>
- Crutzen, P.J. & Stoermer, E. F. (2000). The "anthropocene". *Global Change Newsletter*, 41, 17-18.
- De Rycker, A. & Don, Z.M. (Eds.) (2013). *Discourse and crisis. Critical perspectives*. Amesterdão: John Benjamins.
- European Cardiology Society (2019, 12 de março). Air pollution causes 800,000 extra deaths a year in Europe and 8.8 million worldwide [Press release]. *EurekaAlert!* https://www.eurekaalert.org/pub_releases/2019-03/esoc-apc030819.php
- Girardi, I. M. T., Moraes, C. H. & Loose, E. B. (2012). Bases do jornalismo ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20. *Razón y Palabra*, 79. http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/01_Tourinho-HerteBeling_M79.pdf
- Graeber, D. (2015). *The utopia of rules: on technology, stupidity, and the secret joys of bureaucracy*. Brooklyn/Londres: Melville House.
- Schneidewind, U. & Augenstein, K. (2016). Three schools of transformation thinking: the impact of ideas, institutions, and technological innovation on transformation processes. *Gaia*, 25(2), 88-93. <https://doi.org/10.14512/gaia.25.2.7>

Schwarze, S. (2007). Environmental Communication as a discipline of crisis. *Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture*, 1(1), 87-98. <https://doi.org/10.1080/17524030701334326>

Swyngedouw, E. (2018). Depoliticised environments and the promises of the Anthropocene. In R. L. Bryant (Ed.), *The international handbook of political ecology* (pp. 131-145). Cheltenham e Northampton: Edward Elgar.

United Nations Convention on Biological Diversity (UNCBD). (2020). *Global biodiversity outlook 5* [Relatório]. <https://www.cbd.int/gbo/gbo5/publication/gbo-5-en.pdf>